

saber, desde já, que quem fala tem o poder de calar a brisa e emudecer um anjo. E mais do que isto, pode curar um mal para o qual já não existiria remédio:

Meu coração dolorido
As suas mágoas exala.

E volta ao gôzo perdido
Quando ela fala.

Infelizmente, não ocorreria aqui uma cura definitiva. Se assim fosse, o poeta não revelaria o desejo de ouvi-la sempre:

Pudesse eu eternamente,
Ao lado dela, escutá-la,
Ouvir sua voz inocente
Quando ela fala.

Agora, o processo gradativo vai alcançando o seu nível mais elevado; e logo se inicia a curva de arredondamento expressivo, pois como: em Rilke, o poeta escapando às contingências humanas e esquecendo as "alegrias vivas e ligeiras", eleva-se a um plano superior, onde a antiga tristeza não possa, como nos versos iniciais, retornar ao seu coração:

Minh'alma, já semi morta
Conseguiu ao céu alça-la.
Porque o céu abre uma porta
Quando ela fala.

Sòmente uma sensibilidade altamente refinada, "agitada por um mundo de experiências sensoriais e individuais" — como diz J. Middleton Murry — poderia encontrar os elementos indispensáveis à realização de um pequeno belo poema como êste. Se o leitor julga-o demasiadamente fácil e que, para escrevê-lo, não é necessário que se seja um grande poeta, tente ao menos imitá-lo... Alguém poderá dizer ainda que não há aqui nada de nôvo; que não tem a sutileza psicológica de um Laforgue, ou um Tristán Corbière. Mas tem uma vantagem: é Machado. Não é Vitor Hugo, nem Byron, nem Leopard. É apenas Machado de Assis, um poeta brasileiro.

NOTAS SÔBRE A INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO NACIONAL E O PLANEJAMENTO REGIONAL

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA

"La région dans l'Etat ne saurait être considérée comme une entité indépendante, mais bien comme la partie d'un tout, liée aux autres unités régionales et subordonnée à la conception nationale du bien-être commun".

J. R. BOUDEVILLE

Nesta breve exposição, sem dúvida alguma sumária, pretendemos apresentar, de maneira mais sistemática, algumas idéias sôbre a necessidade de uma integração entre o planejamento nacional e o planejamento regional nesta fase do desenvolvimento econômico do Brasil. Em suas linhas gerais, essas mesmas idéias foram focalizadas em reunião de que participamos, com economistas e outros cientistas sociais do país, no Conselho Nacional de Economia (1).

1. O estado da questão

É fato inconteste que, no mundo atual, existem, em quase todos os países, disparidades flagrantes entre o desenvolvimento da economia nacional e o desenvolvimento das economias regionais. No caso do Brasil, tais disparidades se podem ilustrar, *grosso modo*, pelos dados constantes da tabela seguinte:

(1) — Reunião realizada em 12-7-1962.

TABELA I

Distribuição Percentual da População e Renda do Brasil, segundo Regiões
1960

REGIÕES	% da População do Brasil *	% da Renda do Brasil	Renda per-capita relativa (Brasil = 100)
Norte	3,2	2,2	70
Nordeste	31,8	15,9	51
Centro-Sul	61,0	79,4	132
Centro-Oeste	4,0	2,5	62

Fontes: Dados da Equipe de Renda, da FGV, e "Sinopse Preliminar do Centro Demográfico do Brasil" — 1960.

(*) Exclui a população dos Territórios Federais.

NOTA: A Divisão Regional abrange os seguintes Estados: NORTE: Amazonas e Pará; NORDESTE: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; CENTRO-SUL: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; CENTRO-OESTE: Mato Grosso e Goiás.

As causas de tais disparidades, conforme foi sugerido na reunião acima referida, é assunto que está a merecer, da parte dos pesquisadores brasileiros, investigações mais profundas para que cheguemos a identificá-las satisfatoriamente. Independentemente, porém, de tais investigações, o fenômeno, que se verifica no Brasil, é comum a qualquer outro país e se deve encarar, mesmo, como peculiar ao próprio processo de desenvolvimento. Conforme observa Hirschman (2), "o progresso econômico não aparece em toda a parte ao mesmo tempo" e, uma vez desencadeado, "forças poderosas atuam no sentido da concentração espacial do desenvolvimento econômico nos seus pontos iniciais de partida".

Esta arritmia do desenvolvimento, quando encarada sob o aspecto da descontinuidade espacial, resulta, preliminarmente, da maneira desigual como se distribuem, geograficamente, os recursos produtivos ou, em outras palavras, os fatores locacio-

nais de qualquer sistema econômico. Quando enfocadas, em condições estáticas e de um ponto-de-vista estritamente geográfico, as disparidades regionais, existentes numa economia nacional como a do Brasil, nada possuem de estranho ou de surpreendente. Podemos considerá-las, mesmo, "como condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento" (3). Qualquer sistema econômico, em outras palavras, tende a criar, para expandir-se, "polos de crescimento" que, dentro da perspectiva do espaço, se acham naturalmente associados às vantagens locais relativas das diferentes regiões de um país. Daí, simplificando, as desigualdades de situação entre as economias regionais no contexto de uma economia nacional, digamos, entre as regiões A e B de um mesmo país.

Aquelas disparidades, entretanto, se visualizadas em condições dinâmicas, i.e., dentro de uma perspectiva espaço-tempo, passam a apresentar, na realidade, aspectos que se revestem de particular importância para a problemática do desenvolvimento.

As vantagens locais relativas, por exemplo, entre as diversas regiões de um país podem variar, no decurso do tempo, em decorrência, sumariando, a) de modificações geográficas na disponibilidade de recursos naturais e humanos, b) de alterações ou, mesmo, da invariabilidade das suas áreas de mercado e c) de fatores institucionais e/ou de políticas governamentais. A intensidade dos "polos de crescimento", dito diferentemente, é suscetível de variações, ao longo do tempo, podendo resultar de tais variações mudanças nas posições relativas das economias regionais no contexto da economia nacional. *Habent sua fata regiones*. No caso do Brasil, este fenômeno deve ser, no nosso entender, suficientemente explorado para uma análise, em profundidade, das disparidades ocorrentes entre, digamos especificando, a economia do Nordeste e a economia do Centro-Sul do país.

Se abstrairmos, para simplificar, dos fatores condicionantes de tal fenômeno a ação governamental, podemos encará-lo, ainda, como um dos aspectos da própria arritmia do processo

(2) — HIRSCHMAN, A. O. — *The strategy of economic development*, p. 183.

(3) — HIRSCHMAN, *ibidem*, p. 184.

de desenvolvimento. Nada há de surpreendente, como se percebe facilmente, em que “fôrças desigualizantes” atuem no sentido de possibilitar a expansão econômica mais rápida de uma região em relação à outra, dentro de um país, como nada há de surpreendente em que, no decurso do desenvolvimento, se altere a importância relativa dos setores, dentro de um sistema econômico, e em que se modifique, nos diversos setores, a importância relativa de certas atividades.

A expansão mais rápida de uma região tende, de resto, a desencadear certos estímulos à expansão de outras regiões tanto quanto, observe-se incidentalmente, a expansão de um setor da economia tende a estimular a expansão dos demais setores (4).

Atente-se, porém, em que a propagação desses estímulos, em virtude da própria condicionalidade espacial das atividades econômicas, se amortece sensivelmente à medida em que se venham a concentrar numa única região ou, digamos, na região mais favorecida os possíveis “polos de crescimento” da economia nacional. Lembrando a teoria da aglomeração, à la Weber, poderíamos dizer que neste caso, e de um ponto-de-vista da economia nacional como um todo, as “economias de expansão” (que, na realidade, são “economias de localização”) tendem a tornar-se, necessariamente, “deseconomias de expansão”.

Situando a questão em termos, estritamente, da economia espacial, este fato é facilmente compreensível quando atentamos em que o espaço geográfico, como *substratum* físico de qualquer economia, é um espaço, chamemo-lo assim, naturalmente “solidário” num sistema econômico nacional. A concentração dos “polos de crescimento”, numa única região, tende a criar, destarte, “descontinuidades espaciais” dentro do sistema, em detrimento 1) da expansão do mercado interno; 2) das economias de transporte no comércio intra-nacional ou inter-regional e, conseqüentemente, 3) da própria expansão das áreas de mercado da região mais favorecida.

(4) — Daí o conceito de “pôle de croissance”, criado pelo Professor F. Perroux, e hoje aceito pelos cientistas regionais em virtude das suas valiosas implicações, teóricas e práticas, para uma abordagem problemática do desenvolvimento.

Além disso, o desenvolvimento de um país economicamente subdesenvolvido ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, depende muito menos de encontrar-se uma ótima alocação dos recursos produtivos do que de mobilizarem-se recursos ou aptidões, ocultos, dispersos ou sub-utilizados, com o fim de promover-se o desenvolvimento (5). A concentração dos “polos de crescimento” numa única região tem, por isso, além das desvantagens sumariamente enunciadas acima, a de impedir que na prática, dada a desigual distribuição desses recursos ou aptidões no espaço geográfico, sejam eles mobilizados, estrategicamente, para atender-se aos fins de uma política nacional de desenvolvimento.

Permitimo-nos reafirmar à luz do exposto — e levando em consideração o objetivo primário desta contribuição que nos foi solicitada pelo Conselho Nacional de Economia — que, com os recentes e consideráveis progressos da *Economia Espacial* (ou, mais amplamente, da *Ciência Regional*), a controvérsia, de caráter eminentemente normativo, sobre a conveniência de dar-se ênfase no Brasil ao planejamento nacional e/ou ao planejamento regional, de acelerar-se a expansão econômica de uma região do país (evidentemente a região mais favorecida) e de manter-se, apenas, o ritmo de crescimento das demais regiões, é hoje irrelevante, no nosso entender, tanto de um ponto-de-vista teórico quanto de um ponto-de-vista prático. O crescente interesse, nos últimos anos, pela análise das relações entre o planejamento econômico regional e o planejamento econômico nacional veio a evidenciar, além disso, as vantagens, de ordem prática ou operacional, que, de uma integração entre ambos, podem advir para os programas de desenvolvimento das economias do mundo moderno (6).

2. As dimensões do planejamento

As disparidades existentes no ritmo de crescimento das

(5) — Veja-se, a propósito, Hirschman, A. O., loco cit., pág. 5

(6) — São bastante importantes, a este respeito, as contribuições de técnicos, de vários países, à Conferência sobre o “Desenvolvimento Econômico Regional” realizada em Bellagio, em 1960, e reunidas na obra *Regional Economic Planning*; W. Isard e J. H. Cumberland, eds.; publicação da Agência de Produtividade Européia, da O.E.E.C.

diversas regiões de um país criam inevitavelmente, conforme se depreende das observações acima, consideráveis obstáculos à integração da economia nacional; e, a par desses obstáculos, graves tensões sociais no seio das comunidades regionais mais pobres. Analisar, apenas, *como e por que* ocorrem tais disparidades seria, para o economista, um esforço meramente contemplativo, quando não melancólico; e o seu genuíno dever, como observa Loesch, “não é o de explicar a nossa triste realidade, mas, o de melhorá-la” (7). Em nossos dias, a realização de tal tarefa depende, fundamentalmente, do planejamento.

Como se sabe, o planejamento é, *per se*, um assunto complexo e seria pretensioso, da nossa parte, tentar apreciá-lo adequadamente num breve trabalho, como êste. Cabe acentuar, entretanto, algumas das suas *dimensões*, ou dos seus campos de aplicação, que particularmente interessam ao tema ora focalizado.

Atualmente se reconhece que o planejamento tem várias dimensões. Uma dessas dimensões, que se pode chamar de primordial, relaciona o planejamento ao nível administrativo, ou seja, 1) a um país como um todo, 2) às regiões de um país, e 3) às áreas urbanas das diversas regiões nacionais. Daí a discriminação hoje aceita, dentro desse enfoque dimensional, de três tipos de planejamento, a saber: 1) o planejamento *nacional*, 2) o planejamento *regional*, e 3) o planejamento *urbano* (8).

Outra dimensão do planejamento é a que o relaciona à economia, concernente às relações inter-industriais do sistema econômico e outras variáveis quantitativas do sistema, v. g., metas de produção, montante dos investimentos públicos e privados, níveis salariais, etc.

Duas outras dimensões podem ser ainda apontadas, tais como a que se refere a) às estruturas políticas e legais ou, generalizando, aos fatores culturais que condicionam o processo de desenvolvimento e b) e a que se relaciona com o *substratum*

(7) — LOESCH, A. — *The economics of location*. (trad). p. 4.

(8) — ISARD, W. & REINER, T. — *Regional economic planning*. Cap. 1.

físico da economia ou, mais exatamente, com o que os franceses denominam de “*aménagement du territoire*” (9).

Essas dimensões do planejamento devem ser levadas em conta, na prática, para a elaboração dos problemas de desenvolvimento.

Programas de desenvolvimento, conforme se sabe, existem hoje na maioria dos países do mundo moderno como guia às políticas econômicas dos seus governos; mas, cumpre ressaltar que, até bem pouco tempo, vinha prevalecendo, na elaboração dos mesmos, a orientação metodológica de levar-se em conta principalmente — e, algumas vezes, exclusivamente — a dimensão *nacional* do planejamento.

A mudança de perspectiva nessa orientação é, sem dúvida alguma, o fato mais impressionante que, hoje, se observa no campo do planejamento e, em consequência, no campo das políticas nacionais de desenvolvimento. Por um lado, a circunstância de ser o espaço geográfico um espaço “solidário” para qualquer sistema econômico e, por outro lado, a distribuição desigual das vantagens locais, neste espaço, vieram a evidenciar a conveniência de integrarem-se o planejamento regional e o planejamento nacional, num todo coerente, como condição à própria coerência das políticas nacionais de desenvolvimento. Essa nova orientação metodológica, em outras palavras, enfoca o problema da coerência política econômica sob um critério bi-dimensional: 1) o da interdependência funcional que existe entre a maior parte dos fenômenos econômicos (10); e 2) o da interdependência espacial que se verifica entre as economias regionais e a economia nacional como um todo.

Vejam, para ilustrar, as implicações estratégicas dessa nova orientação metodológica para o desenvolvimento econômico de um país.

Suponhamos, inicialmente, que existam, num país subdesenvolvido ou em fase de desenvolvimento, *n* regiões. Tome-

(9) — BOUDEVILLE, J. — *Les espaces économiques*. Paris, Ed. P.U.F., 1961. Cf. ainda, LEBRET, L. J. — *L'enquête en vue de l'aménagement regional*, Paris, Ed. P.U.F., 1958.

(10) — TINBERGEN — *Política económica — principios y formulación*. Fondo de Cultura Económica, 1961, p. 39-40.

mos uma dessas regiões e admitamos que nela se encontrem depósitos de calcáreo que permitam, levando-se em conta a disponibilidade de recursos naturais, a instalação de uma fábrica de cimento. Admitamos, ainda, que haja, para a mesma, um órgão encarregado do planejamento regional.

É evidente que a autoridade a que se ache afeto o planejamento regional, ao considerar a "vocação" da região para produzir cimento, tem de estimular: *a*) se existe, ou não, um mercado atual (*sic*) para o produto, e *b*) qual a dimensão desse mercado. Para tanto, ela deve levar em conta: 1) a demanda efetiva de cimento na região, 2) a demanda efetiva de cimento em outras regiões do país, e 3) as possibilidades de exportação do produto (11). Suponhamos que o dimensionamento do mercado *atual* não justifique a instalação de uma escala mínima eficiente de produção.

É de admitir-se, então, que a autoridade encarregada do planejamento regional viesse a concluir, em virtude do dimensionamento do mercado *atual*, pela inviabilidade econômica da instalação de uma fábrica de cimento na região.

Mas, o resultado de tal conclusão seria, sem dúvida alguma, falso se fôra baseado na hipótese de que as demais regiões do país e o país, como um todo, não estariam expandindo também as suas economias. Dada a existência de um programa nacional e de outros programas regionais de desenvolvimento seria de esperar que a soma do mercado *atual* e do mercado *potencial*, para o cimento, resultasse num dimensionamento do mercado capaz de assegurar a viabilidade econômica da instalação de uma fábrica de cimento na região. Ressaltam, no caso, as vantagens estratégicas de integrarem-se o planejamento regional e o planejamento nacional.

Tais vantagens se precisam mais claramente quando se consideram, para a economia nacional como um todo, as economias de escala que podem advir, de um ponto-de-vista da análise locacional, de aglomerarem-se certas atividades econômicas numa só região. Neste caso, estimativas mais precisas das economias de escala só é possível de obterem-se, na prática, quando

(11) — Tratamos de assunto, pormenorizadamente, no **Manual de Localização Industrial** que elaboramos par o BNB.

dispomos de planos de desenvolvimento para a economia nacional e para as economias regionais que sirvam de base às mesmas.

Recapitulando as observações acima e considerando outros pontos de enfocação do assunto, podemos salientar, numa visão de conjunto, essas vantagens estratégicas pelos efeitos dinâmicos que podem resultar na realidade, para o progresso de desenvolvimento, da integração do planejamento regional e do planejamento nacional. Mencionaremos, entre êsses efeitos, os seguintes:

1) A implantação (ou a expansão) de uma atividade econômica numa região, para a qual a região possua melhores vantagens locacionais, implica, necessariamente, na possibilidade de as demais regiões e o país, como um todo, obterem certos produtos, de que necessitam, a *preços mais baixos*;

2) As vantagens locacionais de tal região, uma vez evidenciadas, podem ser fortalecidas, na prática, através de programas destinados à estruturação de um sistema nacional e/ou interregional de transportes mais eficientes: — o que implicará, para as demais regiões e para o país, como um todo, na possibilidade de obterem aquêles mesmos produtos não apenas a preços FOB, mas, também a *preços CIF*, ou a "preços de importação", *mais baixos*;

3) Uma alocação mais eficaz dos investimentos do governo nacional, em termos de custos e benefícios, pode ser alcançada quando se consideram conjuntamente, como soluções alternativas, tanto os "polos de crescimento", de um ponto-de-vista dos setores da economia, quando os "polos de crescimento" de um ponto-de-vista das vantagens locacionais: — i.e., mediante a orientação das inversões governamentais pela seleção não só entre vários projetos de desenvolvimento, mas, entre as várias "localizações" para os mesmos (12).

4) Os investimentos alocados numa região criam, com o incremento da renda regional, uma demanda adicional para os

(12) — Lembrem-se, a propósito, as vantagens estratégicas, para a expansão econômica de um país, dos investimentos governamentais em projetos de múltiplos objetivos para o desenvolvimento de bacias fluviais, independentemente, como notam Isard e Reiner, da bacia ou da região consideradas.

produtos das demais regiões e, em consequência, beneficiam, indiretamente, a tôdas as regiões do país.

Finalizando, e tendo-se em vista que a alocação dos investimentos constitui, como se sabe, o problema mais importante do planejamento econômico, chamaremos a atenção para dois pontos que se nos afiguram de grande interesse para uma visão compreensiva da nova orientação metodológica a que nos estamos reportando:

1) No que concerne à lógica da política econômica, o *rationale* da nova orientação metodológica se baseia no fato de que as inversões nas economias regionais exercem, sobre a economia nacional como um todo, um “efeito completo” semelhante ao dos investimentos nos diversos setores de uma economia; e

2) No tocante à estratégia do desenvolvimento, enfatiza a nova orientação metodológica que a efetividade dos critérios de investimentos, a serem adotados pelo governo de um país numa política de desenvolvimento nacional, depende, necessariamente, de que os planos e programas de desenvolvimento nacional se apoiem nos detalhes dos planos e programas de desenvolvimento regional (13).

Em suma — e no que tange, em particular, aos aspectos normativos de uma política nacional de desenvolvimento — ressalta, da nova orientação metodológica, a conveniência de estruturar-se qualquer política dêsse tipo numa integração do planejamento regional e do planejamento nacional.

3. O caso brasileiro: algumas observações complementares

As considerações feitas, nos parágrafos anteriores, se revestem, no nosso entender, de relevante interesse para a problemática do desenvolvimento brasileiro no momento atual.

A despeito de ser ainda uma ciência *en herbe*, os recentes progressos da Ciência Regional — no que toca, especialmente,

(13) — Inversamente, como observam Isard e Reiner, a efetividade dos critérios de investimentos, para as políticas regionais de desenvolvimento, depende, também, da existência de planos e de programas nacionais de desenvolvimento. *Op. cit.*, p. 22.

aos métodos de análise — devem ser encarados como um poderoso auxílio a um ordenamento racional de tudo quanto se tem feito, ou se tem tentado fazer até hoje no Brasil, no campo do planejamento da economia nacional (14).

É de notar que a ação do governo federal, nas duas últimas décadas, se tem procurado orientar no sentido de planejar o desenvolvimento econômico do país de acôrdo com as dimensões *nacional e regional* do planejamento. A Comissão de Planejamento Econômico, por exemplo, data de 1944 e, anterior a ela, existe, desde 1940, a Comissão do Vale do São Francisco que, por sinal, foi a primeira agência de planejamento regional a constituir-se no mundo depois da e em moldes semelhantes à TVA. Há, ainda, no país, como órgãos de planejamento regional, dependentes do Governo Federal, a SPVEA (1953), a SUDENE (1959) e, em perspectiva, a SUDECO.

Podemos admitir, com muita probabilidade, que os esforços e os dispêndios do Governo Federal, realizados com tal propósito, não hajam atingido, da maneira mais eficaz, os objetivos colimados. Mas, ainda assim, e ao contrário do que usualmente se pensa (*sic*), parece indiscutível, à luz dos dados estatísticos da Tabela II que se segue, que êles contribuíram para atenuar, entre 1950 e 1960, as disparidades entre as economias regionais do país:

TABELA II
Distribuição Percentual da População e Renda do Brasil, segundo Regiões (*)
1950-1960

REGIÕES	% da População do Brasil		% da Renda do Brasil		Renda per-capita relativa (Brasil = 100)	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Norte	3,2	3,2	2,3	2,2	73	70
Nordeste	34,7	31,8	16,3	15,9	49	51
Centro-Sul	58,7	61,0	79,5	79,4	140	132
Centro-Oeste	3,4	4,0	1,9	2,5	60	60

* As mesmas fontes da Tabela I

(14) — ISARD, W. — *Methods of regional analysis — an introduction to regional science*. New York, J. Wiley & Sons, 1960.

Uma análise mais detida dos dados originais, utilizados na Tabela II, nos mostra, ainda, que tôdas as regiões do país obtiveram, entre 1950 e 1960, incrementos consideráveis tanto na sua renda total quanto na sua renda *per capita*; os maiores incrementos da renda *per capita*, durante o período, ocorreram para o Nordeste e para o Centro-Oeste (15).

Vale salientar que alterações nas posições relativas das regiões, evidenciadas na Tabela II, em nada invalidam as observações acima. Aliás, por motivos já expostos anteriormente, uma política de "pura igualização", entre as economias regionais de um país, seria necessariamente uma política sem qualquer significação teórica ou prática; válida, sob ambos os aspectos, teórico e prático, será, entretanto, uma política nacional de desenvolvimento que vise a u'a maior igualização entre as economias regionais de um país (16).

É possível inferir do exposto que, na situação atual do Brasil, os órgãos destinados a orientar a ação governamental para o desenvolvimento, como o CNE, devem concentrar a sua atenção, precìpua, na indicação de medidas objetivas que permitam a formulação de uma política de desenvolvimento, para o país, com base na integração do planejamento nacional e do planejamento regional.

À guiza de sugestões, que possam servir de apôio à discussão, à recomendação e à implementação de tais medidas, a nossa experiência indica a oportunidade de atender-se nos seguintes pontos:

1) A necessidade de uma definição mais precisa dos objetivos e das funções dos órgãos nacionais e dos órgãos regionais de planejamento, dependentes do Governo Federal, como pré-requisito a que se atinja na prática, pela coordenação de suas atividades, um processo de planejamento integrado, ou compreensivo, da economia nacional. Dois problemas de interesse primordial, para o atendimento de tal providência, são: 1) o de preparação, a curto prazo, de técnicos capacitados a utiliza-

(15) — Estimativas feitas a preços correntes. Parece-nos oportuno que o Departamento Econômico do CNE, procure aprofundar a análise da evolução econômica do país, por regiões, no período de 1950-1960,

(16) — Cf. Isard e Reiner, *ibidem*, p. 23.

rem os instrumentos da análise locacional e da análise regional (17) e, concomitantemente, 2) a formação de uma mentalidade de trabalho cooperativo entre as agências e os técnicos encarregados da formulação e da execução dos planos e dos programas nacionais e regionais de desenvolvimento;

2) A conveniência de atenuarem-se, possivelmente através de medidas de ordem legal, os conflitos entre as atribuições do Legislativo e do Executivo na escolha dos fins e dos meios da política econômica;

3) A imprescindível reformulação das técnicas orçamentárias, vigentes no país, com o fim de ajustar-se o Orçamento às necessidades e às conveniências de execução dos programas nacionais e dos programas regionais de desenvolvimento.

Levando em consideração alguns temas propostos para a *Exposição Geral de 1962*, do CNE, permitimo-nos aduzir, para finalizar, que se nos afigure menos importante, no momento, a análise das atividades dos órgãos regionais de planejamento e dos seus resultados econômicos e sociais do que a reformulação — ou, talvez, a formulação de uma política nacional de desenvolvimento com base, insistamos, na integração do planejamento nacional e do planejamento regional. Sem isto não é possível pôr em prática o princípio, já aceito pela nação, de que a ação governamental se deve exercer no sentido de promover e contribuir para o desenvolvimento integrado, ou compreensivo, da economia brasileira.

(17) — Visando a contribuir, neste sentido, o BNB publicou, em 1960, um *Manual de Localização Industrial*. É provável que, no próximo ano, venha a incluir, no plano de trabalho do ETENE, a elaboração de um *Manual de Análise Regional*.

GEOGRAFIA, ECOLOGIA E SUBDESENVOLVIMENTO

PESSOA DE MORAIS

Apesar do exagêro de autores como Huntington, Frederico Ratzel, E. G. Dexter, Moore, Beveridge, Legoyt, Morselli, De Guerry, Ferri, Von Mayr, Tarde, Demolins Witbeck etc. (1), não se pode negar a influência dos elementos geográficos e ecológicos sôbre a conduta social. A natureza específica de tais elementos, confere na verdade a uma dada região ou área, um conjunto de aspectos que podem condicionar em grande parte traços decisivos de sua existência.

Na verdade, as características de clima, de acidentes geográficos, de relevo, de altitude ou latitude, de continentalidade ou aproximação marítima; de solo ou de sub-solo; de riquezas ou limitações; de regimes de águas; de precipitações pluviométricas; de potencial hidroelétrico; de recursos minerais, de fauna e de flora, sua natureza, distribuição, interrelação e equilíbrio, tudo isso é sem dúvida elemento da maior valia no estudo das sociedades.

A peculiaridade de tais elementos, chega até a traçar limites ou mesmo impôr diretrizes em determinadas condições, a certos aspectos da vida social.

Uma reflexão elementar todavia se impõe: não há uma geografia determinista, representada por características climáticas, de solo, sub-solo, relêvo ou quaisquer outras, das quais se possa partir para a análise das sociedades humanas.

Não existe assim, como se sabe hoje, êsse fator rígido, ao qual uma sociedade considerada reage, num momento dado, diante de tais ou quais condições.

O que existe, é uma geografia inserida na trama complexa dos elementos socioculturais, inclusive econômicos. Nestas condições, tal geografia ou melhor, tais aspectos geográficos, não podem deixar de refletir a interrelação dessas conexões.